

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Governo estuda vender distribuidoras em bloco	2
Título: Risco real.....	3
Título: Em Itaipu, prevalece o cacique	5
Título: Othon tentou suicídio após ser condenado.....	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Petrobras : críticas a contratação de estrangeiras para o Comperj	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Notas	10
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	11
Título: Chineses compram distribuidora	11
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Regulação do mercado de gás é prioridade para iniciativa privada	11
Título: Consumo tem queda de 7,9% em novembro	14
Título: Destaque	15
Título: Safra lidera ação contra Samarco	16
Título: Eletrosul vai transferir participações à Eletrobras.....	17
Título: Governo peruano rescinde concessão do grupo Odebrecht.....	18
Título: São Martinho investe R\$ 40 milhões em 4G.....	19
Título: Suspenso leilão da Renuka.....	20

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danilo Fariello****Título: Governo estuda vender distribuidoras em bloco**

Investidor poderia fazer lances por mais de uma empresa ligada à Eletrobras. Expectativa é obter ágio.

O governo federal avalia leiloar seis distribuidoras de energia ligadas à Eletrobras em um mesmo dia no fim deste ano, permitindo lances para mais de uma empresa, que poderiam levar a ágios que se tornariam receitas para o Tesouro Nacional. Originalmente, a intenção do governo federal era vender as empresas de maneira fatiada e não se previa arrecadar nada com contratos que antes eram tocados por empresas deficitárias ligadas à Eletrobras em Amazonas (Amazonas Energia), Piauí (Cepisa), Alagoas (Ceal), Acre (Eletroacre), Roraima (Boa Vista Energia) Rondônia (Ceron). Segundo Paulo Pedrosa, secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), a principal intenção do governo com a venda das distribuidoras é melhorar o atendimento à população e reduzir custos, já que, indiretamente, o país acabaria pagando pela ineficiência dessas empresas.

A segunda meta é recuperar a Eletrobras, que tem seus resultados prejudicados anualmente com essas empresas deficitárias, que tinham valor negativo de mais de R\$ 10 bilhões. Mas o terceiro ponto que passou a ser avaliado para esse leilão nas últimas semanas, segundo Pedrosa, é o retorno para a União. — Havendo valor nessas empresas, parte desse valor poderia ser capturado para o Tesouro. O que fazer com esse dinheiro seria um bom problema — disse ao GLOBO Pedrosa, que espera um cenário econômico mais favorável no fim do ano, quando as empresas forem à leilão.

TARIFA SERÁ REVISTA DUAS VEZES EM CINCO ANOS

Uma das alternativas para captar esse lucro, disse ele, é permitir os lances por um bloco de empresas, nos quais os compradores transfiram à União parte do ganho que terão ao adquirir diversas distribuidoras ao mesmo tempo. Se três empresas valem R\$ 10 cada uma, explica ele, num exemplo hipotético, no leilão um determinado grupo poderia pagar R\$ 35 pelas três distribuidoras. — Se tiver três ou mais empresas, terei sinergias, ou posso atender regiões com infraestrutura compartilhada, maximizando o resultado do leilão — destacou Pedrosa. Outra possibilidade na mesa do governo é determinar uma ordem específica das empresas no dia do leilão, de forma a priorizar as primeiras, num modelo já usado em leilões de linhas de transmissão.

O MME já enviou recomendação à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para elaborar o novo contrato de concessão das distribuidoras que será oferecido aos compradores. Diferentemente da Celg, em que o governo vendeu uma empresa com um contrato já existente, no caso das seis demais, a União espera os vencimentos dos contratos. Será vendida a estrutura das distribuidoras e um novo contrato. Esse contrato terá condições específicas, que podem resultar num valor presente mais positivo para as compradoras, daí a possibilidade de ágio. Uma dessas características, explica Pedrosa, é a permissão de as distribuidoras terem duas revisões de tarifa no período de cinco anos — o normal é apenas uma — de forma que o empresário possa remunerar mais rapidamente seus investimentos.

POSSIBILIDADE DE REDUZIR RESTOS A PAGAR

O governo gostaria de ter feito um leilão de ao menos uma distribuidora ainda no primeiro semestre deste ano, mas acabou juntando todas essas operações em um só momento, uma vez que a lei 13.360 exige que isso ocorra até o fim do ano. O Orçamento brasileiro para 2017 prevê R\$ 24 bilhões com concessões e privatizações neste ano. A venda das distribuidoras não está nessa conta, mas, assim como outras ideias que ganharam corpo nas últimas semanas, como a possibilidade de venda dos aeroportos de Congonhas e Santos Dumont e de novas áreas do pré-sal neste ano, o governo poderá arrecadar mais. Se essa receita extra ocorrer, a tendência do governo Michel Temer é usar esses recursos para reduzir o volume de restos a pagar, como ocorreu com a arrecadação da repatriação no fim do ano passado.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Risco real

No primeiro dia de governo, o presidente Donald Trump visitou a CIA e lá disse que “os jornalistas são as pessoas mais desonestas do mundo”. Ouviram-se aplausos na sala. Mas esse tipo de declaração não é perigo real. Ele pode ofender, torcer os fatos, mandar o porta-voz reiterar os ataques, cassar a palavra de repórteres em entrevista, mas nada disso tira a força da Primeira Emenda.

No segundo dia, ele anunciou a saída dos Estados Unidos da Parceria Transpácífica, mas isso também já se esperava, e não chega a perturbar a economia mundial os EUA saírem de um acordo que ainda não está em vigor. Trump, contudo, representa risco real em muitos pontos. Apesar de ter dito que limitará a ação de lobistas em Washington, ele nomeou lobistas do petróleo e

peessoas que negam as mudanças climáticas para os departamentos de Estado e de Energia e para a Agência de Proteção Ambiental. O setor está cercado de pessoas que regularão em favor das emissões de gases de efeito estufa. Isso é um risco real. Ele tem ameaçado as empresas que têm planos de se instalar em outros países, principalmente no México.

Na cerimônia de posse, disse que é preciso comprar produtos e contratar trabalhadores americanos. Trump teve sucesso com a Ford, mas não teve com outras companhias que continuam com sua produção descentralizada. O protecionismo é um risco real, mas é bom separar o que é bravata e o que de fato são decisões que podem levar ao encolhimento do comércio e ao aumento dos conflitos entre países. Se a economia continuar crescendo, as importações tendem a subir, em vez de diminuir. E se tiver sucesso no objetivo de reduzir importações, através de tarifas altas, ele pode dificultar a produção americana.

Trump assume com a economia crescendo 3,5% (último trimestre de 2016) e o desemprego em apenas 4,6%, lembrou em artigo recente o economista Joseph Stiglitz, ao contrário de Barack Obama, que enfrentou a herança de crise. Segundo Stiglitz, se ele seguir a linha do governo de Ronald Reagan, de corte nos impostos, como prometeu, pode ampliar o déficit americano. É o temor também do economista Kenneth Rogoff. Ele define como um mito a ideia de que o governo conservador é austero e leva ao equilíbrio fiscal, e o governo progressista necessariamente é adepto da tese de que existe almoço grátis.

O perigo real ocorre quando, segundo ele, um partido tem firme controle do governo. O Partido Republicano tem maioria nas duas Casas. “A expectativa é que a administração do presidente Donald Trump, conservador ou não, faça uso agressivo de déficits do orçamento para sustentar suas prioridades em impostos e gastos”, escreveu Rogoff. O risco real de Trump é o desconhecido. De governos conservadores, como foram os dos Bush ou Reagan, já se conhece o roteiro. Trump é da espécie populista de direita. Seu discurso de posse mostrou isso quando ele atacou todos os governos antes dele e disse que iria “reconstruir” a América. A cara de desagrado, diante do que ele falava, foi do republicano George W. Bush, e não de Barack Obama.

O teor inteiro do pronunciamento confirmou essa fala inicial de que os governos passados destruíram a economia, e agora ele, e o povo, vão construir o futuro. Como é ter, nos Estados Unidos, um populista de direita, ultranacionalista, e com uma visão autoritária sobre seus poderes na economia? É isso que o mundo está para descobrir. Ele tem se distanciado das ideias dos próprios republicanos. O populismo é intervencionista por natureza, que é o oposto do que os republicanos sempre defenderam. Na área da energia e meio ambiente, Trump pode fazer um estrago adotando a regulação que favoreça o combustível fóssil.

O secretário de Estado, Rex Tillerson, ex-CEO da Exxon, na sabatina, disse que não acredita que mudança climática seja uma farsa, contrariando a posição do chefe. O secretário de Energia, Rick Perry, é amigo do carvão e do petróleo. A Agência de Proteção Ambiental será dirigida por Scott Pruitt, que pode desmontar a regulação ambiental. Como procurador-geral de Oklahoma, ele processou várias vezes a agência que agora dirige associado às indústrias de energia fóssil. Nem toda ameaça de Trump se cumprirá, mas há pontos nos quais ele é um perigo real de retrocesso e conflito. COM ALVARO GRIBEL

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Eduardo Bresciani E Eduardo Barretto

Título: Em Itaipu, prevalece o cacique

Temer abriga indicados de políticos do Paraná na estatal

Após fazer até propaganda apontando a “moralização das nomeações das estatais” como uma das principais medidas de sua gestão, o presidente Michel Temer loteou o comando da hidrelétrica de Itaipu entre aliados e indicou para os cargos até um advogado que já foi acusado de ter sido funcionário fantasma do Senado. A lista dos novos dirigentes foi divulgada pelo Palácio do Planalto. Itaipu é administrada em conjunto com o Paraguai.

Todos os indicados têm como padrinhos políticos paranaenses de PSDB, PMDB, PP, SD e PPS. As nomeações atendem a políticos do estado porque a sede da empresa fica em Foz do Iguaçu (PR). O novo diretor- presidente, Luiz Fernando Vianna, é atual presidente da Companhia Paranaense de Energia (Copel) e foi indicado para Itaipu pelo governador, Beto Richa (PSDB). Acusado de ter sido funcionário fantasma no Senado, Marcos Vitório Stamm será o novo diretor financeiro executivo da hidrelétrica. Sua indicação é atribuída ao deputado Sérgio Souza (PMDB).

Quando estava lotado no gabinete do peemedebista no Senado, em 2012, Stamm foi acusado de não ir ao Congresso. Ao mesmo tempo em que deveria dar expediente no órgão, ele era presidente da Associação Brasileira dos Advogados Públicos (Abrap). Indicada pelo deputado Fernando Francischini (SD), uma ex-miss também passará a integrar o comando de Itaipu. É Marilice Perazzoli Collin. Ela foi eleita Miss Paraná em 1995, representando a pequena cidade de Manoel Ribas.

Formada em Administração e Direito, possui um escritório de advocacia e passará a responder pela diretoria jurídica de Itaipu. Depois de ter sido nomeado em uma semana e demitido na outra da estatal em abril de 2016,

Marcos Antonio Baumgärtner assumirá o posto de diretor técnico executivo. Ele é indicado pelo ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP).

Também farão parte do novo comando Ramiro Wahrhaftig (diretor de coordenação), indicado pelo assessor especial da Presidência da República Rodrigo Rocha Loures (PMDB), e Rubens de Camargo Penteado (Administrativa), que já foi secretário-geral do PPS e é ligado ao deputado Rubens Bueno (PPS-PR).

A chamada Lei de Responsabilidade das Estatais foi alardeada como moralizadora por proibir a nomeação de dirigentes partidários e de quem atuou em campanha eleitoral, nos últimos três anos, para o cargo de presidente de empresas públicas ou sociedades de economia mista.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor:

Título: Othon tentou suicídio após ser condenado

Informação foi repassada pela Marinha a advogado de almirante.

O ex-presidente da Eletronuclear Othon Silva tentou suicídio logo após ter sido condenado, no início de agosto do ano passado, a 43 anos de prisão pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e organização criminosa durante as obras da usina nuclear de Angra 3. A informação foi confirmada ao GLOBO pela defesa do ex-presidente da Eletronuclear.

Por ser vice-almirante da Marinha, Othon Silva está preso em uma unidade militar, a Base de Fuzileiros Navais do Rio Meriti, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. O advogado do ex-presidente da Eletronuclear, Helton Marcio Pinto, declarou que foi informado pelo comando da Marinha sobre o incidente envolvendo o cliente, mas diz não saber como Othon tentou dar fim à vida.

Quando encontrou o vice-almirante após o episódio, o advogado afirmou ter preferido não tocar no tema e tentou animar o cliente apresentando perspectivas de ele ser inocentado nas instâncias superiores. — Ele tentou suicídio porque se julga na condição de injustiçado. Othon sempre lutou pelo bem do país — disse o advogado, afirmando que, como tem 77 anos, o vice-almirante entende que a condenação de 43 anos é como uma pena perpétua.

O advogado disse não ter feito nenhuma notificação sobre o incidente no processo porque está focado em provar a inocência de Othon. Como já há uma

decisão em primeira instância, do juiz da 7ª Vara Federal Criminal, Marcelo Bretas, com a condenação de Othon, a defesa recorreu e a ação penal está agora no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2). Othon foi preso pela primeira vez, em 2015, durante a Operação Lava-Jato.

O caso foi enviado de Curitiba para o Rio, e o ex-presidente da Eletronuclear ficou em uma cela especial da Base de Fuzileiros Navais do Rio Meriti. À época, o juiz Marcelo Bretas registrou no processo que o vice-almirante foi liberado para usar telefone celular e teve regalias “absolutamente incompatíveis com a custódia preventiva”. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), Othon cobrou propina em contratos com as empreiteiras Engevix e Andrade Gutierrez no âmbito das obras da usina nuclear de Angra 3.

A filha de Othon, Ana Cristina da Silva Toniolo, foi condenada a 14 anos e 10 meses de prisão. De acordo com o MPF, pagamentos de propina eram feitos à empresa Aratec, de Ana Cristina e Othon. Além deles, outras 11 pessoas foram condenadas no processo. O ex-presidente da Eletronuclear foi solto meses depois, mas foi preso novamente, em julho do ano passado, durante a Operação Pripyat, em que foram detidos também outros cinco ex-dirigentes da empresa.

Othon liderou os estudos para um submarino nuclear brasileiro e o Programa Nuclear Paralelo, entre 1979 e 1994. Executado em sigilo, o projeto resultou no desenvolvimento da tecnologia nacional de enriquecimento do urânio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras : críticas a contratação de estrangeiras para o Comperj

A Petrobras reagiu, na tarde desta segunda-feira (23), às críticas que vem recebendo pelo lançamento de uma licitação em que convida 30 empresas estrangeiras a disputar uma obra no Comperj, complexo petroquímico de grande porte cuja construção foi interrompida em Itaboraí, região metropolitana do Rio.

A Petrobras optou por convidar empresas estrangeiras para participar da licitação da unidade de processamento de gás do Comperj. A unidade é uma planta secundária no empreendimento, cujas obras foram suspensas por causa das evidências de corrupção apontadas pela Operação Lava Jato.

Antecipando-se a possíveis críticas, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, já havia dito que não via problemas na contratação de empresas estrangeiras para

retomar as obras do Comperj. Ele disse, durante café da manhã com jornalistas, no último dia 11, no Rio, que resistência a esse tipo de contratação seria "ranço ideológico".

Blogs especializados, parte da imprensa e sindicatos de petroleiros chegaram a criticar a estatal por usar empresas de fora em detrimento da indústria nacional, muito impactada com sangria da Petrobras e a consequente paralisa generalizada do setor de petróleo por conta da Lava Jato.

Em longa nota divulgada nesta segunda, a Petrobras faz uma defesa enfática da sua escolha e uma dura crítica quem lhe dispensa críticas.

Segundo a empresa, a recuperação da economia "passa pela retomada de investimentos e geração de empregos".

"As discussões sobre as melhores políticas para alcançar esse consenso são sempre bem-vindas, mas argumentos simplistas sobre uma inexistente preferência por empresas estrangeiras versus empresas brasileiras nessa retomada não colaboram, além de serem desrespeitosos aos milhões de brasileiros que neste momento buscam trabalho", afirma a nota da estatal.

Quando citou o que classificou de "ranço ideológico", Parente já havia tentado fazer uma explicação do que seria uma empresa estrangeira ou brasileira.

Ele disse não haver diferença entre uma empresa brasileira, com capital brasileiro e sede no país, de uma estrangeira que tem bases e funcionários no país.

A Petrobras diz que a Constituição "não diferencia empresas de acordo com a origem de seu capital".

A estatal chegou a comparar o caso com o que ocorre no setor automotivo, que no país é formado por empresas estrangeiras com fábricas locais.

"Criticar a Petrobras por convidar empresas estrangeiras para retomar as obras de escoamento de gás do pré-sal que serão feitas no Comperj, no Rio de Janeiro, é tão absurdo quanto dizer que todos nós dirigimos carros importados fabricados em São Bernardo, Betim ou Resende por empresas que estão estabelecidas no Brasil há décadas", afirma a nota.

CORRUPÇÃO

As críticas sobre a escolha de empresas estrangeiras, em detrimento das nacionais, vão além da questão da nacionalidade das corporações.

Neste fim de semana, a revista "Veja" publicou que 21 das 30 convidadas a participar da licitação já se envolveram em escândalos de corrupção ao redor do mundo.

A Folha não confirmou o caso de todas as empresas citadas, mas ao menos três são citadas no caso conhecido Unaoil, considerado um dos maiores escândalos de corrupção do mundo, que veio e à tona no início de 2016, em reportagem do "Huffington Post".

A Unaoil é uma petroleira sediada em Mônaco. Investigadores do Reino Unido e do governo de Mônaco descobriram um grande esquema de distribuição de propina em operações no Oriente Médio que envolvia gigantes mundiais, como a inglesa Rolls Royce, a americana Halliburton e a coreana Samsung.

Três empresas envolvidas no esquema —a indiana Larsen e Toubro, a inglesa Petrofac e a espanhola Tecnicas Reunidas— estão entre o grupo de 30 estrangeiras convidadas pela Petrobras a participar da licitação para construção da unidade de gás do Comperj.

Segundo a reportagem que revelou o escândalo na época, o esquema da Unaoil "incluiu as mais ricas e respeitáveis companhias do Ocidente".

A Folha questionou a Petrobras especificamente sobre a questão de haver entre as convidadas da Petrobras empresas com histórico em casos de corrupção, mas não obteve resposta.

A Petrobras afirmou ainda, na nota divulgada nesta segunda, que empregou critérios técnicos, financeiros e de integridade para a escolha das 30 estrangeiras convidadas para a licitação.

A Petrobras ainda tem uma lista de cerca de 20 empresas brasileiras que estão impedidas de operar para a empresa por estarem respondendo a processos na Lava Jato.

Empresas como Engevix e Odebrecht estão impedidas de serem contratadas pela estatal até que consigam fechar acordos de leniência com as autoridades brasileiras.

A Odebrecht, por exemplo, fechou acordo de leniência no último dia 1º. Uma das cláusulas diz que o teor deve ser levado ao conhecimento da Petrobras para que a empreiteira deixe de figurar na lista das companhias impedidas de fazer negócios com a estatal.

Por conta do impedimento, as maiores empreiteiras do país ficaram de fora do processo de licitação.

"Mesmo diante dessa limitação, a definição dos convidados para a licitação da central de processamento de gás envolveu mais de 50 empresas", diz a nota.

"Destas, 23 foram desclassificadas por apresentarem um patrimônio líquido ou risco financeiro incompatível com o porte da obra"

A Petrobras ressaltou ainda que há exigência no edital de licitação que empresas estrangeiras que formem consórcio para participar do certame tenham obrigatoriamente um integrante brasileiro.

"O edital também incentiva o estabelecimento de novos investidores no país ao permitir que uma companhia sem sede no Brasil que eventualmente ganhe a licitação possa ceder os direitos da obra para uma subsidiária que seja constituída no país", afirma a nota.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães

Título: Notas

Justiça decide caso CSN e Usiminas

A Justiça irá julgar, no dia 8 de fevereiro, a apelação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que tenta provar que houve troca de controle na Usiminas no momento em que o grupo ítalo-argentino Ternium/Techint ingressou no capital da siderúrgica mineira, em 2012. A CSN, de Benjamin Steinbruch, briga pelo direito de receber 80% do valor de R\$ 36 por ação, o chamado tag along, que foi pago pelo papel da Usiminas pela Techint/Ternium à época da compra. Essa ferramenta de proteção aos investidores minoritários em caso de troca de controle está prevista na Lei das S/As.

Briga antiga

Desde a entrada da Ternium na Usiminas, a CSN, maior acionista minoritária da empresa fora do bloco de controle, tenta provar que houve a troca de controle, não só na Justiça, mas também na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), xerife do mercado de capitais.

Recurso na CVM

Depois de um parecer desfavorável na Superintendência da autarquia, no fim do ano passado, a CSN entrou com um recurso alertando que a área técnica não buscou, por exemplo, a manifestação dos interessados, pedindo a anulação e posterior revisão do parecer.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:****Título:** Chineses compram distribuidora

A CPFL Energia anunciou ontem acordo para que a State Grid assuma o controle da empresa. A companhia chinesa adquiriu as participações da Camargo Correa e dos fundos de pensão Previ, do Banco do Brasil; Petros, da Petrobras; Sabesp, da Sabesp; Fundação Cesp, da Cesp; e Fundação Sistel, da Telebrás.

O negócio inclui 556.164.817 ações ordinárias (com direito a voto) da CPFL Energia, que representam aproximadamente 54,64% do capital total da companhia. O preço pago à vista foi de R\$ 25,51 por ação, equivalente a R\$ 14,19 bilhões.

Foi também fechada a aquisição da CPFL Renováveis, controlada pela CPFL Energia, pelo valor de R\$ 12,20 por ação, o equivalente a R\$ 3,17 bilhões. Ontem, o papel CPFL ON fechou cotado a R\$ 25,39 na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), enquanto CPFL Renováveis ON encerrou com o preço de R\$ 11,98.

Por conta da mudança de controle na companhia, a State Grid deverá realizar uma oferta pública para aquisição de ações (OPA, na sigla em inglês), tanto para a CPFL Energia quanto para a CPFL Renováveis. Os preços por ação na oferta serão os mesmos pagos aos controladores, ou seja, R\$ 25,51 no caso da CPFL Energia, e R\$ 12,20 por ação da CPFL Renováveis.

Em comunicado ao mercado, a CPFL informou que a State Grid estuda a possibilidade de fechar o capital das duas companhias. No mesmo texto, a CPFL informa que houve renúncia de membros titulares e suplentes do Conselho de Administração da companhia — no total, 13 pediram afastamento. Houve renúncias também no conselho fiscal da CPFL Energia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:** Cláudia Schüffner**Título:** Regulação do mercado de gás é prioridade para iniciativa privada

A regulação dos mercados de gás, distribuição de combustíveis e refino - para acomodar a participação de empresas privadas em setores antes controlados pela Petrobras - é apontada como prioridade para o novo diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone.

O executivo lembra que é a primeira vez desde a criação da Petrobras que a própria estatal, ao vender ativos, está abrindo espaço para outros agentes do mercado. Foi o caso, diz, da venda de parte da Gaspetro para a Mitsui, o compartilhamento do terminal de gás natural liquefeito (GNL) da Bahia com a francesa Total, e a venda da Liquigás para a Ultragaz.

"Estamos vivendo um momento em que o mercado de gás natural está mudando. É um tremendo desafio sair de um mercado que foi dominado pela Petrobras desde sempre para um novo cenário que vai ter a participação de outros agentes. Precisamos estar preparados para regular esse novo mundo de forma eficiente e que não impacte o consumidor. E facilitar a vida dos agentes, também atraindo investimentos e simplificando a regulação", disse Oddone em entrevista ao Valor.

Recém-chegado à agência que foi comandada por Magda Chambriard de 2012 a 2016, Oddone foi um alto executivo da Petrobras, onde trabalhou durante 30 anos. Ele comandou as subsidiárias na Bolívia (estava lá durante a nacionalização de Evo Morales) e na Argentina e depois passou pela Braskem e pela Prumo.

O executivo vai comandar a ANP no ano em que o órgão regulador terá que preparar quatro leilões de áreas. O primeiro será para a rodada de campos marginais, que será seguido pela 2ª rodada do pré-sal, onde serão leiloadas áreas da União que se estendem a partir dos campos Sapinhoá, Tartaruga Verde, Gato do Mato e Carcará, todos na Bacia de Santos, sob o regime de partilha de produção.

O terceiro leilão este ano será a 14ª rodada de licitações, que vai oferecer áreas sob o regime de concessão. O governo prevê arrecadar um total de R\$ 4,5 bilhões com esses três. O quarto leilão de 2017 e terceiro de áreas do pré-sal (o primeiro foi Libra), deve acontecer no fim do ano e ainda é cedo para estimar valores. A notícia sobre a antecipação foi dada recentemente, e a ANP ainda não escolheu os blocos que serão sugeridos ao governo.

"Pensamos oferecer áreas com diferentes perfis de risco para atrair empresas com interesses distintos. Áreas com maior grau de conhecimento devem atrair empresas de grande porte. As com maior grau de risco devem atrair empresas que buscam esse tipo de oportunidade. Tudo isso está em análise", explica Oddone, acrescentando que a decisão final será do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Ao mencionar outros segmentos que vão demandar sua atenção, Oddone cita, ainda, o mercado brasileiro de distribuição e o de refino. Ele lembra que a Petrobras já anunciou que as negociações para atrair um sócio para a BR

Distribuidora estão avançadas, e que a estatal também está buscando parceiros para investir no refino, seja para terminar o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), ou nas unidades que estão faltando na Refinaria do Nordeste (Rnest).

"Se isso acontecer, vamos ter outros atores participando do mercado. As iniciativas anteriores de outros agentes no segmento de 'downstream' no Brasil, principalmente na área do refino, não prosperaram. E esse mercado também vai passar por uma transformação que vai exigir da agência a mesma agilidade, responsabilidade e preocupação para que isso não afete o consumidor", afirma.

Oddone diz que a ANP vai estar atenta para que tanto no gás quanto nos derivados de petróleo a transição do cenário de controle estatal para o privado ocorra de forma "suave". Golfista nas horas livres, ele compara o papel da agência reguladora com a de um juiz de futebol, que precisa passar o mais despercebido possível.

"Temos o cartão amarelo e o vermelho na mão, mas é preciso deixar o jogo fluir, não vamos atrapalhar o espetáculo. Esse é o papel que queremos cumprir. O espetáculo não é nosso, é dos agentes econômicos e dos investidores. São eles que geram emprego e renda, são eles que tocam a economia. Nosso papel é ajudar e arbitrar."

Para evitar o que considera protagonismo indevido, o executivo prefere não se manifestar, por enquanto, sobre questões consideradas urgentes, como a possível revisão, pela ANP, da fórmula usada para calcular o preço do petróleo produzido no Brasil. A mudança da fórmula, que serve de base para pagamento dos royalties, é defendida pelos Estados do Rio e Espírito Santo. Dizendo que existem "muitos interesses em jogo", Oddone respondeu que a ANP vai analisar o assunto "sem ansiedade".

Sobre a revisão do contrato de cessão onerosa assinado com a Petrobras em 2010, que dá à estatal o direito de produzir 5 bilhões de barris de petróleo, o novo diretor-geral da ANP diz que é um assunto que cabe ao Ministério de Minas e Energia e à Petrobras. E que o papel da agência é limitado ao apoio técnico.

Sobre o impacto para potenciais investidores de medidas como o aumento de impostos sobre a cadeia de fornecedores da indústria, lembra que os agentes econômicos agem estimulados por sinais econômicos.

"Seja ele quem for, vai fazer uma análise das oportunidades econômicas que tem à disposição e escolher onde vai alocar os recursos. Qualquer um que faz gestão de portfólio trabalha dessa forma. Nesse negócio de óleo e gás,

especialmente nos projetos de maior porte, o ambiente é global. Ao mesmo tempo em que a gente está aqui tentando atrair investimentos para o Brasil, outros países estão fazendo o mesmo", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Consumo tem queda de 7,9% em novembro

O consumo de gás natural, no Brasil, caiu 7,9% em novembro do ano passado, na comparação com igual período em 2015, informou ontem a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás). Segundo levantamento estatístico da entidade, foram comercializados no mês retrasado, em média, 68,72 milhões de metros cúbicos de gás por dia, a maior média mensal de 2016, que representa uma alta de 5,6% em relação a outubro.

A associação ainda não consolidou os dados do ano passado, mas entre janeiro e novembro de 2016 as vendas de gás acumulavam uma retração de 20,71%. A expectativa da Abegás, no entanto, é que o mercado brasileiro se recupere gradualmente, principalmente o setor industrial.

Em novembro, o consumo nas indústrias caiu 4,5%, na comparação anual, para 26,711 milhões de m³/dia. Ante outubro, no entanto, houve aumento de 2,25%

Já a demanda no segmento termelétrico caiu 24% ante novembro de 2015, para 22,80 milhões de m³/dia, mas cresceu 18,3% na comparação com outubro.

No setor automotivo, os dados são mais positivos: as vendas nos postos subiram 4,5% na comparação anual e 0,8% ante outubro, para 5,127 milhões de m³/dia.

No mercado residencial, houve aumento de 6,3% em relação a novembro de 2015, para 1,036 milhão de m³/dia. Frente a outubro, contudo, o consumo caiu 20,9%, devido ao efeito sazonal da elevação das temperaturas, sobretudo na região Sudeste - as temperaturas mais elevadas reduzem o consumo em aplicações com aquecimento de água nos chuveiros.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaque

Petrobras vence na Justiça

A Petrobras informou que o Tribunal Regional Federal da 5ª Região concedeu efeito suspensivo que a permite dar prosseguimento à venda de nove campos localizados nos Estados do Ceará e de Sergipe. A assinatura dos contratos definitivos, no entanto, dependerá ainda do pronunciamento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os ajustes exigidos para a estratégia de venda de ativos da estatal. Segundo a empresa, o plano é vender nove concessões, cuja produção média de 2015 foi de 13 mil barris diários de óleo equivalente, o que corresponde a 0,5% da produção total da companhia. A Justiça Federal de Sergipe havia suspenso a venda no começo de dezembro.

State Grid prepara OPA

A entrada da chinesa State Grid no controle da CPFL Energia prepara a companhia para um novo ciclo de expansão, tanto na base de ativos de geração quanto na modernização do segmento de distribuição de energia, disse André Dorf, presidente da companhia brasileira. A State Grid concluiu ontem a compra de 54,65% das ações da CPFL Energia, por cerca de R\$ 14 bilhões. A State Grid tem agora 30 dias para registrar a oferta pública de aquisição de ações (OPA) da companhia. Segundo Dorf, a chinesa ainda não decidiu se a operação vai envolver o fechamento do capital da companhia. "Ainda não há a definição se vão fechar o capital ou não, vai depender da modalidade da oferta que será protocolada", disse.

Sem grandes mudanças

Segundo Dorf, a administração da companhia será mantida. "A indicação que temos recebido deles é que nada muda. A decisão da State Grid de comprar a CPFL foi muito em função da nossa performance, das entregas que a companhia tem feito nos últimos anos", disse. Também não há notícias de mudança no quadro de funcionários. "A nossa posição de destaque em cada um dos segmentos em que atuamos foi o que chamou a atenção da State Grid", disse Dorf. Os próximos passos da companhia devem envolver investimentos em novos empreendimentos, com destaque para geração.

Minério sobe

Os preços do minério de ferro com pureza de 62% subiram 0,9% ontem no porto chinês de Qingdao, para US\$ 81,13 a tonelada, segundo levantamento da "Metal Bulletin". Há mais de um mês a cotação gira em torno de US\$ 80, mostrando resistência, apesar da expectativa de queda do mercado. A média de previsões de analistas aponta para US\$ 54 neste ano.

Petróleo cai

Os preços do petróleo recuaram ontem em meio às preocupações com a retomada de produção dos campos de xisto americanos, apesar da maior confiança sobre o cumprimento do acordo de corte de produção firmado entre os integrantes da Organização de Países Produtores de Petróleo (Opep) e outros 11 exportadores de fora do cartel. Referência mundial, o Brent para entrega em março teve recuo de 0,5%, para US\$ 55,23 o barril na ICE Futures Europe. O WTI para o mesmo mês fechou em queda de 0,9%, a US\$ 52,75 o barril na New York Mercantile Exchange.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Safra lidera ação contra Samarco

O Banco Safra vai liderar a ação coletiva movida contra a Samarco na Justiça dos Estados Unidos, que busca um ressarcimento das perdas que investidores tiveram com títulos da dívida emitidos pela joint venture da Vale da BHP Billiton entre 2012 e 2014.

O banco, que ingressou com a ação em nome da sua sede nas Ilhas Cayman, alega ter perdido US\$ 64,9 milhões com os títulos da dívida da Samarco.

O Safra foi o único investidor a pleitear a liderança da ação coletiva. No dia 18 de janeiro, o juiz Richard Berman, do Tribunal do Distrito Sul de Nova York, teve uma audiência com representantes da Samarco e dos investidores, na qual discutiram o processo.

O aval do juiz para a ação foi arquivado na sexta-feira à noite. O escritório de advocacia americano Pomerantz - que também representa investidores americanos na ação coletiva contra a Petrobras - foi escolhido como líder do processo.

Os investidores que movem a ação acusam a Samarco de ter publicado comunicados falsos ao mercado sobre o desastre ambiental envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, em Mariana (MG).

O processo alega que, entre 31 de outubro de 2012 e 30 de novembro de 2015 - o período da ação -, a Samarco e seu ex-presidente, Ricardo Vescovi de Aragão, falharam em informar ao mercado que a barragem de Fundão tinha problemas estruturais de longa data, e fizeram falsos comunicados alegando que a mineradora havia tomado medidas para reduzir os riscos de um acidente como o que aconteceu.

Nos dias seguintes à ruptura da barragem, que aconteceu no dia 5 de novembro de 2015, o valor das notas da Samarco para 2022 caiu 30,63%; as de 2023 tiveram queda de 39,74%; e as para 2024 caíram 35,18%.

Segundo o processo, durante o período da ação, a Samarco ofereceu, em 2012, US\$ 1 bilhão em notas com vencimento em 2022. Em 2013, foram ofertados R\$ 700 milhões em notas com vencimento em 2013. Por fim, em 2014, foram emitidos US\$ 500 milhões, com vencimento em 2024.

O Banco Safra das Ilhas Cayman também está movendo um processo contra a Andrade Gutierrez, referente aos títulos da dívida emitidos pela empreiteira. Diferentemente desse caso, o processo não é uma ação coletiva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Eletrosul vai transferir participações à Eletrobras

A Eletrosul, subsidiária da Eletrobras, contratou o BB Banco de Investimentos para prestar consultoria para a estruturação do processo de alienação e transferência de ativos da empresa para a controladora. A medida prevê que a Eletrosul transfira para a holding suas participações em sociedades de propósito específico (SPEs) em projetos de geração de energia eólica e de transmissão de energia.

A transferência dos ativos à venda da Eletrosul para a holding está em linha com o plano de negócios e gestão da Eletrobras 2017-2021, que prevê levantar R\$ 4,6 bilhões com venda de ativos. O entendimento da Eletrobras, apurou o Valor, é que é possível aumentar a atratividade do negócio e o valor de venda dos ativos formando pacotes com ativos das subsidiárias. Nesse caso, as empresas do grupo precisam transferir para a holding as participações que serão colocadas à venda.

No caso da Eletrosul, a contratação do serviços de consultoria do BB Banco de Investimentos, pelo valor de R\$ 3 milhões, ocorreu por inexigibilidade de licitação, de acordo com aviso publicado no Diário Oficial da União na última segunda-feira.

A Eletrosul também está negociando com a chinesa Shanghai Electric a transferência de projetos de transmissão já contratados em leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mas que ainda precisam ser construídos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Governo peruano rescinde concessão do grupo Odebrecht

O governo do Peru decidiu rescindir o contrato de concessão de um gasoduto no país cujo principal acionista é a Odebrecht, em anúncio que deverá ser feito hoje. A empresa confirma a rescisão mas, conforme apurou o Valor, ainda está negociando uma saída "amigável" para evitar a execução das garantias.

Terminou ontem o prazo para que o consórcio do Gasoduto Sur Peruano conseguisse garantir o financiamento para o projeto. Como a empresa não conseguiu o aval dos bancos, o governo peruano informou que iria oficializar a rescisão do contrato.

A Odebrecht tem 55% de participação na concessão. Os outros sócios são as empresas Enagás (25%) e Graña Y Montero (20%).

O Valor apurou que mesmo com a decisão do país, a Odebrecht Latinvest continua negociando com o governo do Peru as condições dessa rescisão.

A Odebrecht quer evitar que o governo do Peru execute as garantias do projeto, ao mesmo tempo em que negocia para receber um ressarcimento referente aos investimentos já feitos. Caso contrário, a empreiteira pode acionar a Justiça contra o governo do Peru - cenário que a empresa quer evitar, segundo fontes.

A concessionária já investiu US\$ 1,6 bilhão na obra, sendo US\$ 600 milhões de empréstimo ponte e US\$ 1,1 bilhão de um aporte dos sócios. Além disso, há US\$ 600 milhões em créditos por cobrar referente às obras executadas pelo consórcio responsável pela construção (composto pela Odebrecht Engenharia e Construção Internacional, com 71%, e pela Grana Y Montero, com 29%).

As garantias que o governo peruano quer executar somam US\$ 262,5 milhões, divididas proporcionalmente pelos sócios.

Procurada, a Odebrecht informou, por meio de nota, que "seguirá direcionando seus esforços junto às autoridades responsáveis para que o processo seja realizado da forma adequada, respeitando o contrato assinado e mitigando os impactos para a Região Sul do país".

Na última sexta-feira, o consórcio do gasoduto havia divulgado uma nota sobre a provável rescisão do contrato devido ao vencimento do prazo colocado pelo governo do Peru para apresentação do financiamento.

Até essa data, o projeto contava com 37,6% de avanço geral, sendo que 10,7% das obras de construção e montagem dos dutos estavam concluídas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: Bettina Barros

Título: São Martinho investe R\$ 40 milhões em 4G

Integrar cinco mil equipamentos e 13 mil funcionários, em todas as fases do negócio - do plantio e colheita da cana-de-açúcar até o seu transporte para as linhas de processamento industrial. Essa é a meta do Grupo São Martinho, uma das maiores empresas sucroalcooleiras, que investirá R\$ 40 milhões até 2020 para criar um ambiente 4G em todas as suas usinas no país.

Na falta de internet abrangente, o grupo fechou em 2015 parceria com o Centro de Pesquisa em Desenvolvimento em Telecomunicações (CpQD) para desenvolver dispositivos de conectividade total para as suas operações, no mais ousado caso de inovação na área.

"Temos dezenas de quilômetros de área e as operadoras de telefonia não conseguem dar cobertura total. Com esse problema, tivemos de ir atrás de uma solução", diz Walter Maccheroni, assessor de tecnologia e inovação do grupo.

O projeto-piloto será na Usina São Martinho, a maior processadora de cana do mundo, com moagem média de 10 milhões de toneladas por safra. Localizada em Pradópolis (SP), a usina deverá ter seus 130 mil hectares conectados já no fim do ano. Passada a primeira etapa, a tecnologia será expandida para as usinas de Santa Cruz, Iracema (SP) e Boa Vista (GO), somando 300 mil hectares. "Até 2020, estaremos online do campo ao escritório", diz Maccheroni.

A lógica de conectividade é a mesma. O CpQD desenvolverá equipamentos 4G para acoplar nas torres de rádio das usinas, que transmitirão os dados de campo à Central de Operações Agrícolas. O grupo protocolará na Anatel a exclusividade

da frequência, para evitar roubo de dados. Além dos aportes do São Martinho, com apoio do BNDES, o CpQD recebeu R\$ 10 milhões via Finep.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Suspenso leilão da Renuka

O leilão da usina sucroalcooleira Madhu, da Renuka do Brasil, marcado para ontem, foi suspenso por uma liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A decisão foi proferida na semana passada pelo juiz relator Caio Marcelo Mendes de Oliveira, da 2ª Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). O magistrado acatou um pedido do BNDES, que argumenta que a venda da usina pode suprimir a garantia sobre o imóvel. Além de credor, o banco de fomento é o detentor da garantia hipotecária da unidade.

O BNDES já havia entrado com um recurso em primeira instância para cancelar o leilão, mas o pedido foi negado em dezembro. No entendimento do juiz de primeira instância, a hipoteca continuaria acompanhando o imóvel, ainda que alienado a terceiros.

A Renuka do Brasil entrou na quinta-feira com um pedido de reconsideração ao desembargador, mas que não foi julgado. A companhia argumenta que o leilão não implica em supressão de garantia e que os recursos previstos para serem levantados com a venda da usina seriam utilizados para quitar a dívida com o BNDES.

MME / ASCOM